

## **Da Criminalização à Patrimônio Cultural: uma Análise da História da Capoeira no Brasil**

### **From Criminalization to Cultural Heritage: an Analysis of the History of Capoeira in Brazil**

 **Luiz Fernando Carneiro Guimarães<sup>1</sup>**

 **Eugénia da Luz Silva Foster<sup>2</sup>**

 **Elivaldo Serrão Custódio<sup>3</sup>**

#### **Resumo**

O presente estudo tem como objetivo analisar a trajetória da Capoeira desde a diáspora africana, período assinalado pela histórica locomoção da população africana ocorrida pela imigração imposta pelo tráfico de escravos, até os dias atuais. Com base nisso, foi realizada uma pesquisa de caráter historiográfica por meio de produtos narrativos científicos que tratam da temática, como documentos oficiais, artigos, dissertações, teses e livros. Os dados da pesquisa revelam que a Capoeira é uma expressão afro-brasileira marcada, principalmente, pela sua africanidade, corporeidade multidimensional (é ao mesmo tempo dança, jogo e luta), historicidade e (i)legalidade, que contribuíram para que ela fosse levada da criminalização pelo Código Penal em 1890 à patrimônio cultural imaterial da humanidade pela UNESCO

---

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: [luzfernandocg@unifap.br](mailto:luzfernandocg@unifap.br)

<sup>2</sup> Pós-doutora em Educação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em Educação pela Universidade Federal de Fluminense (UFF). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia - Doutorado em Rede (EDUCANORTE); Professora Associada V da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) nos cursos de Graduação em Pedagogia, Mestrado em Educação (PPGED/UNIFAP) e Mestrado em Desenvolvimento Regional (MDR/UNIFAP). Líder do Grupo de Pesquisa Educação, Relações Étnico-raciais e Interculturais, cadastrado no CNPq. E-mail: [daluzeugenia6@gmail.com](mailto:daluzeugenia6@gmail.com).

<sup>3</sup> Pós-doutor em Educação pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutor em Teologia pela Faculdades EST, em São Leopoldo/RS. Atualmente é professor no Mestrado em Educação (PPGED/UNIFAP) e professor coorientador no Doutorado em Educação da Amazônia (EDUCANORTE). Vice-líder do Grupo de Pesquisa Educação, Interculturalidade e Relações Étnico-Raciais (UNIFAP/CNPq). E-mail: [elivaldo.pa@hotmail.com](mailto:elivaldo.pa@hotmail.com)

em 2014. Além disso, a Capoeira é um espaço de expressividade e da resistência da população negra.

**Palavras-chave:** Capoeira. Criminalização. Patrimônio cultural.

### **Abstract**

The present study aims to analyze the trajectory of Capoeira from the African diaspora, a period marked by the historic locomotion of the African population that occurred due to the immigration imposed by the slave trade, until the present day. Based on this, a historiographical research was carried out through scientific narrative products that deal with the theme, such as official documents, articles, dissertations, theses and books. The research data reveal that Capoeira is an Afro-Brazilian expression marked mainly by its Africanness, multidimensional corporeality (it is at the same time dance, game and fight), historicity and (i) legality, which contributed to its being taken from criminalization by the Penal Code in 1890 to the intangible cultural heritage of humanity by UNESCO in 2014. In addition, Capoeira is a space of expression and resistance by the black population.

**Keywords:** Capoeira. Criminalization. Cultural heritage.

### **Introdução**

Segundo o Mini Dicionário da Língua Portuguesa “Aurélio” (2010, p. 252), o termo diáspora – palavra de origem grega, substantivo feminino – significa dispersão dos judeus, no correr dos séculos ou dispersão de povo(s) em virtude de perseguição de grupo(s) intolerante(s). Esse vocábulo pode ser igualmente utilizado para fazer menção a quaisquer deslocamentos de etnias ou sociedades que vivam dispersas ou fora dos seus lugares de origem, como, por exemplo, a histórica locomoção da população africana ocorrida pela imigração imposta pelo tráfico de escravos, que ficou recentemente conhecida como “diáspora africana” ou “diáspora negra”.

Essa movimentação compulsória, além de levar para fora de suas terras natais as milhares de forças de trabalho dos africanos traficados, levava suas culturas, suas diversidades, seus hábitos, suas identidades, suas expressões, memórias, manifestações, oralidades, significações, tradições, etc.

No Brasil, não foi diferente, com a chegada dessas milhões de mãos de obra vieram, também, todos esses ingredientes, que acabaram por influenciar a formação de diversas práticas afro-brasileiras, como o Candomblé<sup>4</sup>, o Samba<sup>5</sup>, o Vatapá<sup>6</sup> e, a própria Capoeira. Isto posto, a questão que norteou a pesquisa que deu origem a esse texto consistiu na seguinte pergunta: de que maneira a Capoeira se configurou no Brasil?

Esse artigo tem como objetivo, então, analisar alguns aspectos da configuração da trajetória da Capoeira no país, como seus aspectos históricos, sua criminalização e seu reconhecimento tardio. Para isso, nos pautaremos em uma pesquisa historiográfica sobre essa expressão da cultura afro-brasileira, já que, embora alguns acontecimentos, instituições e personagens não pertençam ao cenário atual, isto não significa que estejam confinados ao esquecimento, ao contrário, eles estão presentes, de alguma forma, em cada um de nós, em nossa atuação e em nossa produção de conhecimento, pois estamos envolvidos e partimos exatamente do que anteriormente foi elaborado (PIMENTEL, 2001, p. 192).

A historiografia é uma pesquisa que, em todas as suas etapas, produz conhecimento confiável e demonstrável, dependendo, obviamente, da atuação metódica do profissional que a realiza. Em sentido estrito, a historiografia designa aqueles trabalhos de cortes científicos e que, mediante pesquisa empírica de fontes, propõe uma explicação significativa para determinado conjunto de ações humanas, racionalmente fundadas no passado (ANHEZINI, 2011, p. 20). Assim sendo, esse estudo fez uso de documentos oficiais, artigos, dissertações, teses e livros como base para descrever as múltiplas formas de se consignar a capoeiragem. A escolha dos materiais seguiu parâmetros simples, (i) que estivessem disponíveis na internet e (ii) que tivessem relação com o tema.

Diante desse cenário e do recorte temporal delimitado (chegada nos negros ao Brasil até o reconhecimento da Capoeira como patrimônio), o trabalho está estruturado em dois tópicos. No primeiro, com base em Natividade (2012), Silva (2012), Brasil (2007, 2008), entre outros, abordam-se alguns aspectos relativos à

---

<sup>4</sup> Religião introduzida no Brasil por escravos, na qual forças da natureza e ancestrais, reais ou míticas, são divinizadas.

<sup>5</sup> Dança brasileira de origem africana.

<sup>6</sup> Iguaria de origem africana, à base de peixe ou galinha, com camarão seco, amendoim, etc., temperada com azeite de dendê e pimenta.

origem da Capoeira, bem como o racismo que está na base do processo de criminalização e outros estereótipos que configuram um quadro de rejeição às culturas de matrizes africanas no Brasil. No segundo e último, com base em Mascarello (2013), Darido e Rangel (2005), entre outros, aborda-se as políticas destinadas à cultura afro-brasileira e à Capoeira, com o propósito de que o estado brasileiro atendesse a certas demandas históricas e/ou sociais.

### **Caminhos metodológicos**

Considerando o objeto de estudo e, conseqüentemente, a questão norteadora e o objetivo que pautaram esta pesquisa, a mesma fundamentou-se em uma breve pesquisa documental, seguida de uma revisão de literatura a partir de artigos, dissertações, documentos oficiais, teses e livros. Para tanto, recorreu-se a estudos de autores que discutem a temática da Capoeira, como Mascarello (2013), Natividade (2012), Silva (2012), Brasil (2007, 2008), Darido e Rangel (2005), entre outros.

Entre os documentos oficiais foi analisado o “Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil” (BRASIL, 2007), o “Parecer n. 031/2008”, de 7 de fevereiro de 2008, que registrou a Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil (BRASIL, 2008) e a “Certidão”, que certificou a Roda de Capoeira como Bem Cultural (BRASIL, 2008). A análise desses documentos oficiais demonstrou uma outra postura do estado brasileiro em relação às manifestações culturais de matrizes africanas.

Além dos documentos oficiais, analisou-se artigos, dissertações, teses e livros que pudessem tratar da Capoeira e dos aspectos que a configuram, bem como sua relação com a educação e/ou educação física. A escolha dessas fontes se deu a partir dos direcionamentos durante as orientações do mestrado, o que permitiu acesso a estudos recentes sobre a temática, bem como uma nova concepção sobre essa relação entre Capoeira e seus aspectos, Educação/Educação Física e Cultura Africana e/ou Afro-Brasileira.

Na análise desses dados, levou-se em consideração os aspectos da configuração da trajetória da Capoeira no país, entre os quais os seus aspectos históricos, a sua criminalização, bem como o seu reconhecimento tardio. É importante destacar, também, que, nessa breve interpretação dos dados, assumiu-se um papel

de intérprete, sem deixar, claro, de se influenciar pelos afetos, pelas posições, pelas crenças, experiências e vivências (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 682)

### **Lê camará, vem s'embora que é dança, é jogo, é luta... É a capoeira que já vai começar**

A expressão “lê<sup>7</sup> camará<sup>8</sup>...” trata-se de uma das muitas frases que os capoeiristas usam para anunciar que a roda já vai começar, porém, antes de irmos “dançar, jogar e lutar...”, é imprescindível conhecermos alguns dos elementos que fundamentam este multidimensional e vasto universo chamado de Capoeira. Mas, afinal, o que é a Capoeira?

Responder a essa indagação com mais propriedade perpassa pela compreensão dos elementos que a respaldam. Nesse sentido, iniciamos com o Mini Dicionário da Língua Portuguesa “Aurélio” (2010, p. 252), que nos diz que diáspora – palavra de origem grega, substantivo feminino – significa dispersão dos judeus, no correr dos séculos ou dispersão de povo(s) em virtude de perseguição de grupo(s) intolerante(s).

Tal vocábulo, apesar de ser usado com muita frequência para fazer alusão às retiradas forçadas da nação judaica mundo afora, não se restringe exclusivamente a esses casos. Ele pode ser igualmente utilizado para fazer menção a quaisquer deslocamentos de etnias ou sociedades que vivam dispersas ou fora dos seus lugares de origem, como, por exemplo, a histórica locomoção da população africana ocorrida pela imigração imposta pelo tráfico de escravos, que ficou recentemente conhecida como “diáspora africana” ou “diáspora negra”.

Essa movimentação compulsória, além de levar para fora de suas terras natais as milhares de forças de trabalho dos africanos traficados, levava suas culturas, suas diversidades, seus hábitos, suas identidades, suas expressões, memórias, manifestações, oralidades, significações, tradições, etc. No Brasil, não foi diferente, com a chegada dessas milhões de mãos de obra vieram todos esses ingredientes, que acabaram por influenciar a formação de diversas práticas afro-brasileiras, como o Candomblé, o Samba, o Vatapá e a própria Capoeira.

---

<sup>7</sup> Interjeição que, na Capoeira, significa atenção ou silêncio.

<sup>8</sup> Expressão que, na Capoeira, significa colega, compadre, companheiro ou parceiro de roda.

Para Silva (2012, p. 34), a escravidão, em terras brasileiras, também foi influenciada diretamente pelo sistema comercial implantado por Portugal, ou seja, o escravo era destinado à produção de todos os afazeres e da matéria prima para a exportação, garantida por um estado hegemônico e por uma ideologia legitimadora da escravização que procurava inculcar a ideia de existência de aceitação do escravizado, “de forma pacífica”, da sua condição.

Um indispensável componente que fundamenta a Capoeira, diz respeito à sua origem. Nesse quesito, existem, basicamente, três hipóteses: (i) A de que Capoeira nasceu na África Central e foi trazida intacta pelos africanos escravizados; (ii) A de que a Capoeira é criação de escravos quilombolas no Brasil; (iii) A de que a Capoeira é invenção dos índios, daí a origem do vocábulo que nomeia essa expressividade (BRASIL, 2007, p. 11).

Essas três hipóteses apresentam questões ainda não resolvidas. Estudos atuais comprovaram a existência de danças guerreiras similares à Capoeira – como a *Bassula*<sup>9</sup>, a *Cabangula*<sup>10</sup>, o *N'golo*<sup>11</sup> e o *Umudinhú*<sup>12</sup> – em países não apenas da África Central, mas em outros que também fizeram parte da diáspora africana. Portanto, afora a participação das muitas etnias africanas, é preciso reconhecer as muitas contribuições e mudanças que ocorreram em solo brasileiro (SILVA, 2012, p. 42).

Da mesma forma, admitir que não existisse exercício corporal semelhante à Capoeira na África, restringido seu surgimento ao contexto dos escravos que a teriam criado nos quilombos brasileiros como forma de resistência escrava, esbarra em pressupostos históricos, haja as comprovadas ligações com as atividades ancestrais africanas. Assim, além dessa fundamentada vinculação com as técnicas ancestrais africanas, a Capoeira teria sido desenvolvida nos doze centros urbanos em formação,

---

<sup>9</sup> Bassula, que significa “rasteira”, é uma arte marcial tradicional da Angola, praticada dentro de uma roda, geralmente em um terreno arenoso, onde um dos lutadores atira a perna sobre a coxa do adversário que, para se defender, se desvia pulando.

<sup>10</sup> Praticada na região de Malenge, é um combate em que os golpes de perna são aplicados visando derrubar o oponente quando este estiver apoiado numa só perna.

<sup>11</sup> Segundo Natividade (2012, p. 29), N'golo, que significa “dança ou jogo da zebra”, é uma cerimônia que comemora a iniciação dos jovens à vida adulta. Durante a sua realização os homens competiam num ritual bastante violento, animado por atabaques, onde ganhava quem conseguisse encostar o pé (pontapé) na cabeça do adversário. O vencedor tinha o direito de escolher, sem pagar o dote, uma noiva entre as jovens que estavam sendo iniciadas à vida adulta.

<sup>12</sup> Prática comum em uma região próxima ao sul de Benguela, é um combate repleto de acrobacias, com os lutadores executando saltos espetaculares, com a intenção de efetivar um golpe, embora sem a presença de um adversário.

principalmente em cidades portuárias, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife, aonde chegaram grandes levas de escravos (BRASIL, 2007, p. 11).

Já a patente indígena na criação da Capoeira é uma hipótese de difícil sustentação. Não há documentação ou mesmo relatos de índios que reiviniquem essa paternidade. A expressão Capoeira faria alusão a palavra de origem tupi *kapu'era*, que significa “o que foi mata” (*ka'a* = mata, *pûera* = que foi) e que era empregada para nomear as regiões de brenha rasteira que cercavam a maioria das grandes propriedades rurais de base escravocrata. Nelas, os escravos fugitivos conseguiam oferecer alguma resistência e alcançar certo refúgio ao utilizarem suas habilidades corporais como instrumento de defesa em lutas, na maior parte das vezes, decisivas e mortais, contra seus perseguidores, representados, geralmente, pela figura dos capitães do mato<sup>13</sup> (BRASIL, 2007, p. 12).

Com isso, é de aceitação geral, portanto, a hipótese de que a etimologia da palavra Capoeira faça referência a um tipo especial de cesto ou gaiola, muito usado(a) no transporte de aves, capões<sup>14</sup> e galinhas e que era comumente conduzido pelos escravos até as aglomerações próximas de feiras e mercados populares para que pudessem ser comercializadas (troçadas ou vendidas):

Tendo como base capão, do qual Adolfo Coelho tirou o étimo de capoeira para o português, Beaurepaire Rohan faz o mesmo para o vocábulo capoeira na acepção brasileira, apresentando em defesa de sua opinião a seguinte explicação: - ‘Como o exercício da capoeira, entre dois indivíduos que se batem por mero divertimento, se parece um tanto com a briga de galos, não duvido que este vocábulo tenha sua origem em Capão, do mesmo modo que damos em português o nome da capoeira a qualquer espécie de cesto em que se metem galinhas’ (BRASIL, 2007, p. 12).

Nessa lógica, Natividade (2012) é outro autor que expõe a dificuldade em estabelecer as origens da Capoeira. Ele nos apresenta duas versões acerca da origem dessa expressão, uma que assegura que ela foi criada em solo africano e outra que defende que ela foi inventada em terra brasileira:

Outra questão que nos chama atenção é quanto à origem da Capoeira. Pesquisadores afirmam ser ela uma invenção brasileira. Outros, assim como o próprio Mestre Pastinha, dizem que ela foi trazida, como ele mesmo canta, da África. “*Capoeira veio da África, africano quem nos trouxe*”. O próprio Mestre iria nos mostrar as possibilidades dicotômicas de interpretações da Capoeira quando ele mesmo cantou: “*Pastinha foi à África, pra mostrar a Capoeira do Brasil*”. Agora veja: os escravos vieram da África, portanto para o Mestre, a Capoeira veio com eles. Porém, ele, Pastinha é quem vai à África mostrar a Capoeira do Brasil. “*Capoeira do Brasil*”<sup>38</sup> e não a Capoeira de

<sup>13</sup> Indivíduos que se dedicavam à captura dos escravos fugidos.

<sup>14</sup> Frango cevado.

Angola como por aqui alguns chamariam sua prática (NATIVIDADE, 2012, p. 28).

Mais uma razão que nos leva a crer que a Capoeira foi gerada pelos escravos áfricos em solos brasilianos reside nos seus intensos empenhos em resistirem aos opressores. Como não possuíam armas nem quaisquer outros recursos de guerra eles precisavam criar uma atividade que utilizasse somente seus corpos. Através da mescla das tradições culturais africanas, os escravizados desenvolveram uma técnica eficaz o suficiente para vencer um adversário armado e montado a cavalo, além disso, para assegurar sua realização nas senzalas<sup>15</sup> e camuflar sua agressividade, passaram a acrescentar a música em suas execuções, ludibriando os senhores de engenho<sup>16</sup> (BRASIL, 2007, p. 13).

Mais um estudo que afirma ter sido ela originada em terrenos brasileiros com interferências africanas é o de Muniz Sodré (NATIVIDADE, 2012, p. 28), que nos convida a refletir sobre a origem da Capoeira partindo do conceito de princípio e começo ao enunciar que “o começo da Capoeira é brasileiro, não interessando aí uma data histórica, mas sim as condições que a geraram e que a mantém em processo de transformação e expansão, ou seja, o princípio, esse para o autor, é africano”.

A compreensão de que a Capoeira tenha surgido em chãos nacionais, em meio à colaboração dos países do continente africano, é encontrada, da mesma forma, no trabalho de José Luiz Falcão (NATIVIDADE, 2012, p. 29), que nos exprime a sua pluriétnicidade:

É possível afirmar, portanto, que, embora ela tenha sido “engravada” na África, ela já “nasce” no Brasil pluriétnica. Metaforicamente, poderíamos dizer que seu “berço” é africano, mas sua “cama” é brasileira, embora nessa, povos de outros cantos tenham tirado alguns “cochilos”.

Isto posto, admitiremos, então, a hipótese de que a Capoeira seja uma demonstração tupiniquim, sem negar as suas raízes africanas, pois, mesmo que elas sejam distantes, indiretas e/ou remotas, essa prática foi construída a partir das influências que a cercaram, o que gerou tanto rupturas quanto continuidades. Concordamos, pois, com Carlos Eugênio Líbano Soares quando afirma que “a Capoeira deve ser considerada uma manifestação afro-brasileira. Afro, por ter sido

---

<sup>15</sup> Alojamento dos escravos.

<sup>16</sup> Aquele que é dono de grandes latifúndios.

criada por escravos africanos, e brasileira por ter se desenvolvido no Brasil” (NATIVIDADE, 2012, p. 28).

Porém, não se pode deixar de trazer um outro pressuposto, a de que as produções de culturas subalternas, como a negra por exemplo, foram negociadas, sofreram interferências e são constantemente reelaboradas de acordo com as condições socioculturais encontradas. Conforme Barata (2002, p. 9), é preciso ter clareza de que as práticas que os africanos trouxeram para o solo brasileiro sofreram, e ainda sofrem, reelaborações, interferências e negociações, onde a cultura das diferentes etnias trazidas para o Brasil se efetivou com as marcas e condições socioculturais aqui encontradas.

Uma postura de apagamento ou subtração da produção cultural dos grupos subalternos, como o negro, se expressa já na capacidade de nossa sociedade de diluir elementos da cultura desses grupos. Nesse sentido, para se tornar uma contribuição cultural legitimamente constituída, a cultura negra passaria, inicialmente, pelo crivo do processo civilizatório europeu, adotando um modelo mais elevado por nossa sociedade, em um movimento de alteração da memória historicamente constituída desse grupo, remodelando sua memória, sua oralidade, seu corpo, seus gestos, sua performance, sua voz, etc. (BARATA; FARIAS, 2012, p. 2).

### **A capoeira e o seu reconhecimento pela sociedade brasileira**

Tentar responder o que vem a ser a Capoeira com mais propriedade não se limita conhecer a sua origem e a etimologia do seu nome, exige, a contar as várias interpretações e as múltiplas facetas que a cercam, visualizá-la como uma significante possibilidade de análise nos mais diversos campos de aprendizagem. Dessa forma, no decorrer do presente artigo, acordaremos que ela se originou no Brasil com suporte de matrizes africanas e que seu nome deriva de uma espécie de cesto.

Da mesma forma que tentar compreender a gênese e a etimologia da Capoeira não é uma das empreitadas mais fáceis, compreendê-la como objeto de algumas políticas destinadas à cultura afro-brasileira, com o propósito de que o estado brasileiro atendesse a certas demandas históricas ou sociais, também não é um dos trabalhos mais simples. O fato de ela representar uma práxis oriunda de uma das

linhagens mais discriminadas na história da humanidade e de muitas dessas políticas serem, na verdade, meras tentativas de controle da população negra, dificulta ainda mais essa tarefa.

Desse modo, nos juntamos a Natividade (2012, p. 107), que nos diz que a Capoeira é uma prática marcada por experiências de controle por parte da elite dirigente, ora pelos senhores de engenho, ora pelos capitães do mato, ora pelo Estado e até por um Conselho Federal de Classe<sup>17</sup>.

Uma das primeiras políticas a recorrer a Capoeira com a intenção de que ela respondesse a alguma necessidade histórica ou social se deu no período colonial. Nessa época, a escravidão – principalmente dos negros trazidos da África e, mais tarde, dos seus descendentes – que era a principal relação social de produção no Brasil, respaldava os senhores proprietários de escravos e jesuítas a empregarem diversos artifícios para somarem aos mecanismos de castigos e torturas na tentativa de controlar a grande massa negra em terras brasileiras, como o estímulo às práticas culturais africanas em meio as várias etnias e ações de escravos, a fim de acentuar as suas diferenças (SODRÉ, 2005, p. 34).

Essas políticas, no entanto, não se limitavam em discriminar somente os escravos e os negros, elas buscavam discriminar as suas festas, manifestações, religiões e rituais, a ponto de serem perseguidos e proibidos pelas autoridades. A Capoeira, por exemplo, chegou a ser criminalizada pelo Código Penal da República dos Estados Unidos do Brazil, Decreto n. 487, de 11 de outubro de 1890:

TITULO XVIII

Dos crimes contra a pessoa e a propriedade

CAPITULO XIII

DOS VADIOS E CAPOEIRA

Art. 402. Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou inculcando temor de algum mal:

Pena – de prisão cellullar por dous a seis mezes.

Paragrapho unico. É considerado circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta.

Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

---

<sup>17</sup> Conselho Federal de Educação Física (CONFEF).

Art. 403. No caso de reincidência, será aplicada ao capoeira, no grau máximo, a pena do art. 400.

Parágrafo único. Si for estrangeiro, será deportado depois de cumprir a pena.

Art. 404. Si nesses exercicios de capoeiragem perpretar homicidio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor publico e particular, perturbar a ordem, a tranquillidade ou a segurança publica, ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas cominadas para taes crimes (BRASIL, 1890, p. 54).

Para Azeredo e Serafim (2009, p. 8), a Capoeira foi criminalizada pelo primeiro código penal da República, não tanto porque esta representava risco à coletividade, mas porque seus principais praticantes, os africanos e/ou afro-brasileiros, eram vistos pela sociedade como perigosos, vagabundos e desordeiros, pois o elemento negro não era apenas uma característica física pessoal, mas um agravante na caracterização do nível de delinquência dos acusados.

Mais uma amostra da utilização da Capoeira pelo estado brasileiro ocorreu nos anos conhecidos como Estado Novo<sup>18</sup>, que vigorou de 1937 a 1945. Com a proclamação do Decreto n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que instituiu o novo Código Penal, o Presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas, descriminalizou a Capoeira e seus praticantes e defendeu que ela passasse a ser pensada e reconhecida como uma forma de Ginástica – a verdadeira ginástica brasileira – a fim de se contrapor aos métodos ginásticos estrangeiros, particularmente aos sistemas gímnicos alemão, francês e sueco. Desse modo, Natividade (2012, p. 14) afirma que essa atitude se tratou de uma das medidas primárias do governo brasileiro em usar tal manifestação como uma ferramenta de construção de uma identidade nacional.

Mascarello (2013, p. 11) é outra autora que reitera que com essa nova regra publicada durante o Estado Novo não veio somente a descriminalização dessa manifestação, veio, similarmente, o seu reconhecimento enquanto uma arte marcial do Brasil. No projeto nacionalista da Era Vargas, os elementos das culturas africana e/ou afro-brasileira, na ânsia de construir uma imagem unificada de identidade nacional, foram cada vez mais apropriados pelas condutas e discursos oficiais, que se concretizou, por exemplo, com a Capoeira ganhando um novo status, passando a se referir a ela como sendo o único esporte genuinamente brasileiro.

---

<sup>18</sup> Conhecido também como Terceira República Brasileira, foi o regime político brasileiro fundado por Getúlio Dornelles Vargas em 10 de novembro de 1937 e durou até 29 de outubro de 1945. Faz parte do período da história do Brasil conhecido como Era Vargas. Era caracterizado pelo autoritarismo, anticomunismo, centralização e nacionalismo.

Toda essa conjuntura fez com que passasse a existir, então, a partir de 1930, dois “tipos” de Capoeira, a Angola e a Regional. Para a Darido e Rangel (2005, p. 263), a Capoeira Angola, que tem como seu maior expoente o Mestre Vicente Ferreira Pastinha<sup>19</sup>, é a Capoeira negro-africana, praticada pelos escravos, caracterizada por um enorme respeito aos mais antigos, movimentação dissimulada, maliciosa e rasteira, música lenta e uso de vestimenta branca.

Ainda segundo Darido e Rangel (2005, p. 264), a Capoeira Regional (prenúncio da esportivização dessa prática), inicialmente chamada de Luta Regional Baiana, é a Capoeira criada pelo Mestre Manoel dos Reis Machado<sup>20</sup>. É considerada a Capoeira negro-brasileira, marcada pela incorporação de golpes de outras lutas como Jiu-jítsu e Karatê, movimentação objetiva (criação de um método pedagógico de sequências de golpes para o combate) e música rápida.

Ainda nesse mesmo íterim, outra ação de institucionalização da Capoeira pelo estado brasileiro foi o seu primeiro reconhecimento oficial como esporte pela antiga Confederação Brasileira de Pugilismo (CBP), que foi constituída a partir do Decreto-Lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941, ao qual estabelecia as bases de organização dos desportos em todo o país. A CBP, já na sua fundação, criava o Departamento Nacional de Luta Brasileira, considerado o embrião da Confederação Brasileira de Capoeira:

### CAPÍTULO III

#### DAS CONFEDERAÇÕES DESPORTIVAS

Art. 15. Consideram-se, desde logo, constituídas, para todos os efeitos, as seguintes confederações:

I – Confederação Brasileira de Desportos.

II – Confederação Brasileira de Basket-Ball.

III – Confederação Brasileira de Pugilismo.

IV – Confederação Brasileira de Vela e Motor.

V – Confederação Brasileira de Esgrima.

VI – Confederação Brasileira de Xadrez (BRASIL, 1941, p. 2).

<sup>19</sup> Conhecido como Mestre Pastinha. É considerado, juntamente com Mestre Bimba, um dos maiores responsáveis em organizar e referendar a Capoeira. Buscou construir uma prática mais aceita socialmente, desmarginalizada e institucionalizada, através da sistematização do ensino, uniformes e estatutos, porém amparada em um discurso de valorização dos antigos fundamentos e da tradição da Capoeira. Foi o criador do Centro Esportivo de Capoeira Angola (CECA).

<sup>20</sup> Conhecido como Mestre Bimba. Buscou construir uma prática mais aceita socialmente e que fugisse do estigma marginal ao incorporar elementos ligados ao positivismo na Educação Física brasileira, como a fragmentação, a padronização da técnica, o treinamento e uma plástica mais retilínea.

Para Natividade (2012, p. 37), essa condecoração teve caráter de controle, pois a Capoeira teve que seguir os critérios designados por aquele órgão. Ao sofrer esses deslocamentos cada vez maiores das ruas dos centros urbanos para o interior das academias, a Capoeira começou a se aproximar e a se relacionar cada vez mais com a área da Educação Física.

Para Mascarello (2013), a Capoeira retornaria recentemente a ser objeto das políticas nacionais quando, após sua enorme expansão pelo país, em meio a procedimentos (ainda que) de esportivização e folclorização<sup>21</sup>, visualizou-se uma maior preocupação em institucionalizar a sua prática:

Nas décadas de 1960 e 1970 há uma significativa expansão da capoeira pelo país em meio a processos intensos de folclorização e esportização da prática e das inúmeras tentativas não consolidadas de unificação de formas e metodologias de ensino. A partir da década de 1990 ela se expande também para outras partes do mundo e, segundo o documento do IPHAN encontra-se atualmente em mais de 150 países (MASCARELLO, 2013, p. 13).

Essa institucionalização foi formalizada alguns anos depois, através do dossiê Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil, realizado entre 2006 e 2007, que reconstruiu brevemente a história da Capoeira; do Parecer n. 031, de 7 de fevereiro de 2008, que recomendou o registro da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil e; da Certidão que declarou (no Livro de Registro das Formas de Expressão<sup>22</sup>) a Roda de Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil, em 20 de novembro de 2008. Todos esses documentos foram emitidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)<sup>23</sup>:

CERTIFICO que no Livro de Registro das Formas de Expressão, volume primeiro, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Ipphan, instituído pelo Decreto número 3.551, de 4 de agosto de 2000, consta à folha 9, verso, o seguinte: "Registro número 7. Bem cultural: Roda de Capoeira (BRASIL, 2008, p. 1).

Toda essa expansão da Capoeira e de outras manifestações das culturas africana e/ou afro-brasileira pelo país afora, e até mesmo para outros países, contribuiu para que a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) também adotasse políticas que respondessem a certas demandas. Como amostra, tem-se a Convenção sobre a Proteção e Promoção da

<sup>21</sup> Expressão utilizada para referir-se ao processo de transformação de qualquer manifestação corporal em modalidade folclórica.

<sup>22</sup> Onde são inscritas as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas.

<sup>23</sup> Autarquia do Governo do Brasil, vinculada ao Ministério da Cultura (MINC) que tem a missão de preservar acervo patrimonial tangível e intangível do país.

Diversidade das Expressões Culturais, de 20 de outubro de 2005, ao qual estipula, em linhas gerais, que as atividades, os bens e os serviços culturais por serem portadores de identidades, valores e significados, não devem ser tratados como se tivessem valor meramente comercial:

A diversidade cultural é uma característica essencial da humanidade, constitui patrimônio comum a ser valorizado e cultivado em benefício de todos, cria um mundo rico e variado que aumenta a gama de possibilidades e nutre as capacidades e valores humanos, constituindo, assim, um dos principais motores de desenvolvimento sustentável das comunidades, povos e nações (UNESCO, 2005, p. 1).

Nove anos mais tarde, dado o intenso processo de globalização<sup>24</sup> (causado, nesse caso, pelas errâncias dos capoeiristas, verdadeiros embaixadores informais da cultura afro-brasileira), com a Capoeira chegando a alcançar mais de 150 países, a UNESCO voltaria a se manifestar sobre esse assunto. Dessa vez, se reportando estritamente à própria manifestação, ao reconhecer a Roda de Capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, em 26 de novembro de 2014:

A 9ª Sessão do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda aprovou, em novembro de 2014, em Paris, a Roda de Capoeira, um dos símbolos do Brasil mais reconhecidos internacionalmente, como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. O reconhecimento da Roda de Capoeira, pela Unesco, é uma conquista muito importante para a cultura brasileira e expressa a história de resistência negra no Brasil, durante e após a escravidão. Originada no século XVII, em pleno período escravista, desenvolveu-se como forma de sociabilidade e solidariedade entre os africanos escravizados, estratégia para lidarem com o controle e a violência. Hoje, é um dos maiores símbolos da identidade brasileira e está presente em todo território nacional, além de praticada em mais de 160 países, em todos os continentes (BRASIL, 2014, p. 1).

Para Mascarello (2013, p. 20), é importante evidenciar, nesse transcurso, o papel dessa entidade na qualidade de órgão internacional de grande influência em busca por novas relações entre cultura e desenvolvimento e que, somado as lutas emergentes das identidades étnicas regionais, constituíram uma rede global de defesa e promoção da diversidade e identidade e pressionaram os estados nacionais, como o Brasil, a elaborarem modernas políticas públicas para a cultura.

### **A capoeira como uma prática educacional**

Ter presenciado, seja como cidadão autodeclarado negro, seja como capoeirista ou como professor de Educação Física, atitudes como a discriminação, o

---

<sup>24</sup> Processo de integração entre as economias e sociedades dos vários países, especialmente no que se refere à produção de mercadorias e serviços, aos mercados financeiros, e à difusão de informações.

preconceito e o racismo, por inúmeras vezes e ainda que velados, me levaram a crer que uma maior inserção de conteúdos referentes à história e cultura africana e/ou afro-brasileira no ambiente escolar poderia contribuir para uma educação das relações étnico-raciais bem mais positiva.

Nesse entendimento, a Lei n. 10.639/2008 passa a se constituir, então, num grande avanço para a educação nacional, ao tornar obrigatório o ensino sobre “História e Cultura Afro-Brasileira” nas escolas de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares. Os conteúdos a que se refere essa legislação incluirão “o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (BRASIL, 2008, p. 1).

Silva (2012, p. 28) nos lembra de que a capoeiragem é uma manifestação que se constituiu como consequência do movimento dos oprimidos a fim de se contrapor ao eurocentrismo<sup>25</sup> ora implantado no Brasil, ao qual trazia valores discriminatórios, preconceituosos e racistas para com os povos que aqui desembarcavam como escravos. Assim, as características que identificam a Capoeira como uma prática educacional são muitas, podendo abranger do seu processo histórico à sua origem, da sua etimologia à sua corporeidade, bem como o seu uso político.

Ainda conforme o autor supracitado, todo esse processo histórico passou a refletir diretamente na educação, posto que, ao se propor o estudo da história do país, se utilizando do ensinamento sobre aspectos fundamentais das culturas que marcaram fortemente a nossa história, como é o caso da Capoeira, surgirá ou se esgarçará toda uma dinâmica de compreensões, entendimentos, interpretações e leituras, que trarão novos olhares e novas possibilidades:

A escolarização da capoeira que surge no contexto de valorização das manifestações da cultura popular brasileira [...] pode, por se tratar de um fenômeno sociocultural de marcantes traços identitários com a história cultural brasileira, contribuir de forma efetiva como instrumento de aquisição de uma postura crítica de crianças e jovens na escola na releitura ou no emprego de novos olhares sobre a sociedade em geral e, de forma particular, da cultura específica em que estão inseridos (SILVA, 2012, p. 9).

---

<sup>25</sup> Quem ou o que emite opiniões e julgamentos que tem a Europa como centro de referência e “modelo” de sociedade.

Toda essa percepção, por parte dos professores das mais diversas disciplinas, fez com que eles passassem a utilizar a Capoeira para explicar, por exemplo, conceitos, fazer uma ponte entre o conhecimento formal com aqueles trazidos pelos discentes e trabalhar conteúdos relativos à historicidade do Brasil:

[...] quando se pensa numa educação compromissada com o processo de transformação social, atenta à questão da identidade cultural, do resgate e da importância dispensada à diversidade cultural que, efetiva e indiscutivelmente, envolve a cultura dos povos negros, assentada na produção de estudos que englobem várias culturas, logo se identificará que a capoeira é imprescindível, assumindo centralidade neste processo de incorporação, tanto no âmbito escolar quanto não escolar, de culturas oprimidas ou dominadas (SILVA, 2012, p. 30).

É interessante ressaltar que o movimento de inserção da Capoeira na escola em particular na Educação Física escolar, datada da década de 1960, se deu, primeiramente, como atividade extracurricular, no entanto, seu caráter educativo logo seria constatado pelos docentes (GIL, 2014, p. 62).

De acordo com Soares (1992, p. 76), essa escolarização da Capoeira na Educação Física Escolar não deve, pois, se resumir nos seus gestos técnicos, pois, para além dos seus movimentos, existe uma luta de emancipação do negro no Brasil escravocrata, para além das suas gesticulações, a voz do oprimido na sua ligação com o opressor e, para além da esportivização, a saudade da terra, da liberdade perdida e do desejo da sua reconquista.

Outra reflexão relevante nesse aspecto é a de Silva (2012, p. 31), que destaca que o ensino da Capoeira cria ricas possibilidades pedagógicas de desenvolvimento, manutenção e promoção de valores essenciais para uma sociedade que se pretende democrática. A valorização do senso de criticidade e o contato com novas formas de leituras e de compreensão da história do povo negro podem ser percebidas, por exemplo, através das memórias de outras pessoas que não as detentoras dos discursos históricos oficiais, como ocorrem com os mestres de capoeira.

Segundo Heine e Silva (2008, p. 58), isso se deve graças a um maior reconhecimento do potencial educativo da Capoeira nos últimos anos, por intermédio, principalmente, das diversas experiências práticas com essa modalidade no âmbito educacional e da sua aproximação com o meio acadêmico, ao qual tem manifestado uma posição favorável à colocação da capoeiragem como conteúdo nos currículos escolares.

Contemplar a Capoeira como uma prática educativa envolve, portanto, identificar todas as suas possibilidades no respeito às diferenças, incidindo sobre a construção pluricultural de conhecimentos e saberes e descortinando os silenciamentos hegemônicos, o resgate histórico da cultura dos povos colonizados, a valorização das tradições culturais, bem como conceber o corpo em movimento e a dinamicidade criativa enquanto fonte de produção e socialização de conhecimentos e saberes (SILVA, 2012, p. 33).

Isto posto, ao voltarmos nossa atenção para a indagação feita no início desse capítulo, “Mas, afinal, o que é a Capoeira?”, Natividade (2012, p. 17) nos descreve:

[...] a Capoeira é uma prática plural. Ela é dotada de múltiplas facetas, que podem em determinados momentos uma sobressair sobre a outra. O que queremos dizer é que se um capoeirista estiver entre a vida e a morte e houver uma possibilidade de utilizar seus conhecimentos capoeirísticos para sobreviver, ali a Capoeira certamente será luta. Quando numa apresentação em alguma praça, ali veremos o jogo. Quando estamos próximos de datas como 13 de maio, as associações e grupos de Capoeira recebem inúmeros convites para apresentações nos mais variados espaços sociais, aí a Capoeira é folclore.

Do mesmo modo, Darido e Rangel (2005) conceituam a Capoeira como um tipo de demonstração cultural que soma elementos de várias produções:

Talvez a principal conclusão é a de que a Capoeira tenha características que se aproximam um pouco de cada manifestação (dança, luta, esporte, jogo, ritual...) e depende muito do que se faz dela. Na verdade, acreditamos que essa prática corporal deve, também, estar na escola de acordo com os pressupostos educacionais, transformada conforme as necessidades do contexto escolar (DARIDO E RANGEL, 2005, p. 271).

Nesse entendimento, Campos (2009, p. 91) também nos evidencia a “polissemia pedagógica” da Capoeira. Segundo o autor, essa natureza polissêmica pode estar representada na sua origem, na sua sobrevivência através dos tempos, na sua forma de combate e como resistência de um povo escravizado, cooperação, musicalidade, ritmo, cânticos, tradições, história, princípios esportivos e, até mesmo, na sua filosofia de vida.

Assim, ao considerarmos que a Capoeira é uma expressão que se caracteriza pelo seu processo histórico, pela sua origem, pela sua etimologia, corporeidade, uso político, e, inclusive, pela sua citação em muitas legislações, defenderemos, em todo o nosso estudo, que ela pode (sim) contribuir para a aplicação da Lei n. 10.639/2008 na educação física escolar. Ainda que alguns docentes priorizem, durante o seu ensino, ora sua face rítmica, ora sua face lúdica ou técnica, as suas múltiplas

dimensões jamais deverão ser deixadas de lado no esforço de conseguir uma educação das relações étnico-raciais mais afirmativa.

### **Considerações Finais**

O artigo buscou, a partir de um estudo historiográfico, analisar a trajetória da Capoeira desde a diáspora africana até os dias atuais. Amparado na análise e reflexão de documentos oficiais, artigos, dissertações, teses e livros, foram analisados os pressupostos teóricos, relacionando entre si, a Capoeira, a sua criminalização e o seu reconhecimento como patrimônio cultural imaterial da humanidade.

A Capoeira passou a ser revelada a partir da histórica locomoção da população africana ocorrida pela imigração imposta pelo tráfico de escravos que, no Brasil, acabou por influenciar a formação de diversas práticas afro-brasileiras, como o Candomblé (na religião), o Marabaixo e o Samba (na música) e o Vatapá (na culinária).

Reconhecer e respeitar a Capoeira como sendo uma criação de escravos quilombolas no Brasil e de que a etimologia de sua denominação faz referência a um tipo especial de cesto, é admitir a hipótese de que a Capoeira seja uma demonstração tupiniquim, sem negar, claro, as suas raízes africanas.

A experiência em compreender a Capoeira como objeto de algumas políticas, com o propósito de que atendessem a certas demandas históricas ou sociais, indica os caminhos e trajetórias que a levaram da criminalização à patrimônio cultural imaterial da humanidade. Tudo isso nos indica, portanto, a importância da Capoeira e a necessidade de vivenciá-la em toda a sua plenitude, de não separá-la de sua história e de nem transformá-la em mais uma simples dança, um simples jogo ou uma simples luta.

### **Referências**

ANHEZINI, Karina. **Um metódico à brasileira**: A História da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). São Paulo: UNESP, 2011.

AZEREDO, Jeferson Luiz de; SERAFIM, Jhonata Gouart. A (des) criminalização da cultura negra nos Códigos de 1890 e 1940. **Amicus Curiae**, Criciúma, v. 6, n. 6, p. 1-17, 2009.

BARATA, Denise. Permanências e Deslocamentos das Matrizes Arcaicas Africanas no Samba Carioca. *In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Salvador, 2002.

BARATA, Denise; FARIAS, Alexandre Leite Souza. Os territórios sagrados dos cantos negros: uma proposta de museu a céu aberto. *In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades*. Niterói, 2012.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA\\_capoeira.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA_capoeira.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Parecer n. 031/2008, de 7 de fevereiro de 2008**. Registra a Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil. Salvador, BA, 2008. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Parecer%20Capoeira.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Certidão**. Certifica a Roda de Capoeira como Bem Cultural. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/certidao\\_roda\\_de\\_capoeira.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/certidao_roda_de_capoeira.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 487, de 11 de outubro de 1890**. Promulga o Código Penal. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941**. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-retificacao-1-pe.html>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

CAMPOS, Hellio. **Capoeira Regional**: a escola de Mestre Bimba. Salvador: Edufba, 2009.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**. Vol 15 n. 4. Florianópolis, out./dez. 2006. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17.pdf> >. Acesso em: 13 dez. 2020

DARIDO, Suraya Cristina; SOUZA JÚNIOR Osmar Moreira de. **Para ensinar Educação Física**: possibilidades de intervenção na escola. 1 ed. Campinas: Papyrus, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8 ed. Curitiba: Positivo, 2010.

HEINE, Vinícius; SILVA, Gladson de Oliveira. **Capoeira**: um instrumento psicomotor para a cidadania. São Paulo: Phorte, 2008.

MASCARELLO, Magda Luiza. Capoeira no Brasil: crime ou identidade nacional? *In*: **Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes**, Araraquara, 2013.

NATIVIDADE, Lindinalvo. **Capoeirando eu vou**: cultura, memória, patrimônio e política pública no jogo da capoeira. 2012. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, Londrina, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**, Paris, 2005.

SILVA, Robson Carlos da. **As narrativas dos mestres e a história da Capoeira em Teresina/PI: do pé do berimbau aos espaços escolares**. 2012. Tese (Doutorado em História da Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.